



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

Praça da República s/n - Santo Antônio - CEP: 50010-040 - Fone: (0xx81) 3419.3230 - gabdes.alderita@tjpe.jus.br

HABEAS CORPUS Nº: 0313173-9

AÇÃO ORIGINÁRIA Nº 0000579-98.2010.8.17.0340

COMARCA : Brejo da Madre de Deus – Vara Única
IMPETRANTE : Kildare Wolney de Pedrosa Barros
PACIENTE : Daniel Xavier da Silva
PROCURADOR : Dr. Antônio Carlos de Oliveira Cavalcanti
RELATORA : Desª. Alderita Ramos de Oliveira
RELATOR CONVOCADO : Juiz Paulo Victor Vasconcelos de Almeida

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. ESTUPRO E HOMICÍDIO QUALIFICADO TENTADO. EXCESSO DE PRAZO INJUSTIFICADO DO ESTADO JUIZ. INCORRÊNCIA. SEGREGAÇÃO CAUTELAR MANTIDA PARA A GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. ORDEM DENEGADA.

I – Não se há conceder o benefício da liberdade provisória, respaldada no constrangimento ilegal por excesso de prazo, quando a segregação cautelar se mantém por outros fundamentos.

II - Observando-se que o paciente possui personalidade voltada para a prática de crimes, eis que reponde, além do processo que deu origem ao presente *habeas corpus*, uma ação penal pelo crime de roubo, em relação a qual já foi proferida sentença condenatória (Processo 1º Grau n.º 0008468-08.2009.8.17.0480), resta imperiosa a necessidade de manutenção da segregação cautelar, para garantia da ordem pública.

III – Resta demonstrado o *periculum in libertatis*, quando o paciente, ao cometer o crime descrito na inicial mandamental, estava no gozo do benefício da liberdade provisória, concedido em processo criminal distinto, pela prática de outro delito de natureza grave.

IV - Ordem denegada. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de *Habeas Corpus* nº 0313173-9 no qual figuram como partes as retronominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

Praça da República s/n - Santo Antônio - CEP: 50010-040 - Fone: (0xx81) 3419.3230 - gabdes.alderita@tjpe.jus.br

Justiça do Estado de Pernambuco, à **unanimidade, em denegar a ordem**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 25 de Setembro de 2013.

Juiz Paulo Victor Vasconcelos de Almeida
Relator Convocado



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

Praça da República s/n - Santo Antônio - CEP: 50010-040 - Fone: (0xx81) 3419.3230 - gabdes.alderita@tjpe.jus.br

HABEAS CORPUS Nº: 0313173-9

AÇÃO ORIGINÁRIA Nº 0000579-98.2010.8.17.0340

COMARCA : Brejo da Madre de Deus – Vara Única
IMPETRANTE : Kildare Wolney de Pedrosa Barros
PACIENTE : Daniel Xavier da Silva
PROCURADOR : Dr. Antônio Carlos de Oliveira Cavalcanti
RELATORA : Des^a. Alderita Ramos de Oliveira
RELATOR CONVOCADO : Juiz Paulo Victor Vasconcelos de Almeida

RELATÓRIO

O Bel. Kildare Wolney de Pedrosa Barros impetrou ordem de *habeas corpus* liberatório, com pretensão liminar, em favor de **Daniel Xavier da Silva**, sob alegação de que o paciente está sofrendo constrangimento ilegal em razão do excesso de prazo para o início da instrução criminal, no âmbito ação penal nº 0000579-98.2010.8.17.0340, a que responde perante a Vara Única da Comarca de Brejo da Madre de Deus, neste Estado, pela suposta prática dos crimes descritos no art. 213, *caput*¹, e art. 121, § 2.º, incisos IV e V, c/c art. 14, inciso II², todos do Código Penal (fls. 02/04).

De acordo com os impetrantes, o paciente encontra-se preso provisoriamente desde julho de 2010, ou seja, há mais de 03 (três) anos, sem a instrução tenha sequer começado, o que configura constrangimento ilegal por excesso de prazo. Pugna pela concessão da ordem de *habeas corpus*, para que seja concedido o benefício da liberdade provisória (fls. 03/04).

Documentos acostados às fls. 05/07.

¹ Estupro

Art. 213. Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso: (Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009)
Pena - reclusão, de 6 (seis) a 10 (dez) anos. (Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009)

² Homicídio qualificado tentado

Art. 121. Matar alguém:

IV - à traição, de emboscada, ou mediante dissimulação ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido;

V - para assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou vantagem de outro crime:

Homicídio qualificado

§ 2º Se o homicídio é cometido:

Art. 14 - Diz-se o crime: (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

Tentativa (Incluído pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

II - tentado, quando, iniciada a execução, não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente. (Incluído pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

\\p0144319\PUBLICO\Compartilha\ALAS\HABEAS CORPUS\MÉRITO\Processo n.º 0313173-9. MÉRITO. Hom. Qual. Estupro. Exces. Praz. Brejo da Madre de Deus. Vara Única.doc



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Praça da República s/n - Santo Antônio - CEP: 50010-040 - Fone: (0xx81) 3419.3230 - gabdes.alderita@tjpe.jus.br

Em decisão de fls. 14 solicitei informações à autoridade apontada coatora, que as prestou às fls. 20/21.

A douta Procuradoria de Justiça, na pessoa do Procurador Antônio Carlos de Oliveira Cavalcanti, emitiu parecer pela **denegação** da ordem (fls. 27/29).

É o relatório.

Recife, 25 de setembro de 2013.

Juiz Paulo Victor Vasconcelos de Almeida
Relator Convocado



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

Praça da República s/n - Santo Antônio - CEP: 50010-040 - Fone: (0xx81) 3419.3230 - gabdes.alderita@tjpe.jus.br

HABEAS CORPUS Nº: 0313173-9

AÇÃO ORIGINÁRIA Nº 0000579-98.2010.8.17.0340

COMARCA : Brejo da Madre de Deus – Vara Única
IMPETRANTE : Kildare Wolney de Pedrosa Barros
PACIENTE : Daniel Xavier da Silva
PROCURADOR : Dr. Antônio Carlos de Oliveira Cavalcanti
RELATORA : Des^a. Alderita Ramos de Oliveira
RELATOR CONVOCADO : Juiz Paulo Victor Vasconcelos de Almeida

VOTO

A autoridade apontada coatora, mediante Ofício n.º 2013.0313.003032, datado de **02/09/2013**, noticia que a denúncia foi oferecida em **29/06/2010** e recebida em **22/07/2010**, oportunidade na qual foi determinada a citação do acusado, mediante carta precatória para a Comarca de Caruaru, contudo, a qual restou infrutífera. No dia **21/03/2011** foi determinada a expedida de nova carta precatória, a qual foi positivamente cumprida na data de **08/03/2013**.

A autoridade judiciária informa, ainda, que acusado não apresentou defesa escrita no prazo legal, razão pela qual, no dia **14/03/2013**, oficiou-se a Defensoria Pública para a devida resposta à acusação, tendo a mesma sido oferecida no dia **28/08/2013**. A juíza *a quo* informa que o feito, no presente momento processual, encontra-se aguardando a realização da audiência de instrução e julgamento, designada para o dia **23/09/2013**, às 13h.

Da análise dos autos, depreende-se que o paciente encontra-se custodiado cautelarmente desde **julho de 2010**, acusado de ter praticado o crime de estupro e de homicídio qualificado, na forma tentada.

Esse lapso temporal, superior a três anos, evidencia o excesso de prazo apontado para a conclusão do sumário da culpa, não por culpa do Poder Judiciário, que tem promovido todos os atos necessários ao regular andamento do processo, mas pela própria natureza dos atos processuais realizados, como a expedição de cartas precatórias sucessivas para citar o réu e a designação de Defensor Público para a apresentação de defesa escrita, eis que o réu deixou transcorrer, *in albis*, o prazo legal para apresentá-la.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

Praça da República s/n - Santo Antônio - CEP: 50010-040 - Fone: (0xx81) 3419.3230 - gabdes.alderita@tjpe.jus.br

Por outro lado, vale ressaltar que a segregação cautelar do paciente mantém-se por outros fundamentos, que repousam na necessidade de garantia da ordem pública, senão vejamos.

Em consulta ao Sistema de Acompanhamento Processual de Primeiro Grau deste Tribunal de Justiça – JudWin 1º Grau, bem como aos documentos enviados pela autoridade judiciária, observa-se que o paciente possui personalidade voltada para a prática de crimes, tendo em vista que responde, além do processo que deu origem ao presente *habeas corpus*, uma ação penal pelo crime de roubo, em relação a qual já foi proferida sentença condenatória (Processo 1º Grau n.º 0008468-08.2009.8.17.0480).

Vale ressaltar que o paciente estava gozando do benefício da liberdade provisória, concedido nos autos do Processo n.º 0008468-08.2009.8.17.0480, quando, 60 (sessenta) dias após a sua soltura, veio a acometer os crimes de estupro e de homicídio qualificado na forma tentada, referentes ao processo que ensejou o presente *writ*, o que demonstra nitidamente o *periculum in libertatis*, conforme notícia à autoridade judiciária às fls. 21.

De mais a mais, a audiência de instrução e julgamento acontecerá na próxima semana, mais precisamente no dia 23/09/2013, às 13h, oportunidade na qual se terá por encerrado o sumário da culpa.

Diante de todo o exposto, acompanhando o parecer da douta Procuradoria de Justiça, **denego** a ordem de *habeas corpus*. **É como voto.**

Recife, 25 de Setembro de 2013.

Juiz Paulo Victor Vasconcelos de Almeida
Relator Convocado